



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL
DE ACORDO COM A NBC T-15: Um estudo nas empresas do segmento de
açúcar e álcool no período de 2010 a 2014**

MONTEIRO – PB

2016

DANIELI DE SOUSA COSTA

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL
DE ACORDO COM A NBC T-15: Um estudo nas empresas do segmento de
açúcar e álcool no período de 2010 a 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a academia Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Gomes da Silva.

MONTEIRO – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837e Costa, Danieli de Sousa

Evidenciação das informações de natureza ambiental de acordo com a NBC T-15 [manuscrito] : um estudo nas empresas do segmento de açúcar e álcool no período de 2010 a 2014 / Danieli de Sousa Costa. - 2016.
48 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva, Departamento de Contabilidade".

1. Evidenciação. 2. Informações contábeis. 3. Contabilidade ambiental. I. Título.

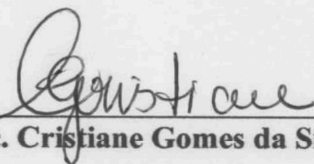
21. ed. CDD 657.6

DANIELI DE SOUSA COSTA

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL DE ACORDO
COM A NBC T-15:Um estudo nas empresas do segmento de açúcar e álcool no
período de 2010 a 2014**

Aprovado em: 10/03/2016

BANCA EXAMINADORA



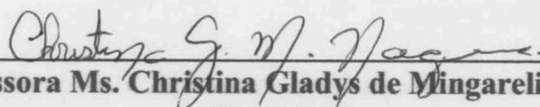
Prof. Msc. Cristiane Gomes da Silva, UEPB

- Orientadora -



Professor Ms. Marônio Monteiro do Rêgo

Examinador



Professora Ms. Christina Gladys de Mingareli Nogueira

- Examinador -

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria de Fátima e Orlando de Souza Costa e a toda a minha família.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é algo que poucos seres humanos desenvolvem durante a vida, mesmo estando explícita a contribuição de outras pessoas em nossas conquistas diárias.

Diante desta conquista, tenho muito a agradecer a diversas pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais esta etapa da minha vida, agradeço primeiramente a Deus, pela fé que adquirida para que não desanimasse diante das dificuldades encontradas durante esta caminhada.

Sou grata aos meus pais, Maria de Fátima e Orlando, por tudo o que fizeram por mim, pelas vezes em que me apoiaram e não me deixaram fraquejar.

Agradeço a toda minha família, em especial a minha tia Maria José, pela força e preocupação dedicada a mim e pela torcida para que tudo desse certo.

Ao meu namorado Luiz Fernando, pela compreensão que teve comigo no decorrer desse período acadêmico.

A todo o corpo docente, do qual tive a honra de ser aluna, na qual de maneiras distintas transmitiram o conhecimento da melhor forma possível.

A todos os meus colegas, que estiveram comigo nessa jornada, e dos quais não vou esquecer.

A minha orientadora Cristiane, pela paciência e pela dedicação ao me orientar nesse trabalho.

Não esquecendo das minhas amigas Laertiane e Jéssica pela paciência que tiveram e pela honra de ter dividido todo esse tempo de graduação com elas.

Aos aqui não citados, agradeço pela contribuição.

A todos, só tenho a dizer: muito obrigada!

E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.

(I Coríntios 13:2)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar o nível de evidenciação das empresas do segmento de açúcar e álcool brasileiro com relação às exigências dos itens das informações de natureza ambiental segundo a NBC T-15. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi à pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, conduzida por meio de uma análise bibliográfica, documental e de levantamento, tendo como método de abordagem o indutivo. O estudo foi composto por quatro empresas integrantes do setor de Consumo não cíclico, subsetor de alimentos processados do segmento de açúcar e álcool listados na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2014. Os dados foram coletados através de consulta aos demonstrativos contábeis, relatórios de sustentabilidade, notas explicativas, dentre outras informações pesquisadas no site das empresas estudadas. Como resultado, foi possível verificar uma realidade distante da exigida pela NBC T-15, sendo possível detectar que a maioria das empresas pesquisadas apresentam um baixo nível de evidenciação com relação às exigências da norma citada acima que trata desse tipo de divulgação, onde a referida norma estabelece em seu objetivo, razões em demonstrar ao público externo a participação e a responsabilidade social das respectivas entidades aqui estudadas. De forma geral, observou-se que o elemento de divulgação 6 (quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade) foi o que apresentou o maior nível de evidenciação por parte das empresas São Martinho S.A e Biosev S.A. Vale enfatizar que o nível de divulgação dos elementos relacionados a ações positivas como investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com educação ambiental para a comunidade, entre outras ações, foram inferiores se comparadas as ações negativas praticas pelas empresas do segmento em estudo.

Palavras-Chave: Evidenciação. Informações Contábeis. Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

This research aims to identify the disclosure level of companies in the sugar segment and Brazilian ethanol with regard to the requirements of the items of information of environmental according to NBC T-15. To achieve this purpose, the methodology used was the descriptive research with qualitative and quantitative approach, conducted through a bibliographical, documentary and survey analysis, with the approach of the inductive method. The study consisted of four companies of the non-cyclical consumption sector, sub-sector of processed foods in the sugar and alcohol segment listed on the BM & FBOVESPA in the period 2010 to 2014. Data were collected by consulting the accounting reports, sustainability reports, notes, among other information researched on the site of the companies studied. As a result, we found a distant reality that demanded by NBC T-15, it is possible to detect that most of the companies surveyed have a low level of disclosure with respect to the requirements of the standard mentioned above that deals with this type of disclosure, wherein said standard establishes in its objective reasons to demonstrate to the general public participation and social responsibility of their respective companies studied here. Overall, it was observed that the release element 6 (amount of environmental, administrative and judicial proceedings filed against the company) was the one with the highest level of disclosure by companies São Martinho SA and Biosev SA is worth emphasizing that the level of disclosure of the elements related to positive actions as investments and maintenance expenditures in operating processes to improve the environment; with the preservation and / or restoration of degraded environments; with environmental education for the community, among other actions, it was lower compared to similar negative actions practices by companies in the sector under study.

Keywords: Disclosure. Accounting information. Environmental Accounting.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empresas analisadas	29
Quadro 2: Elementos de <i>disclosure</i> ambiental	29
Quadro 3: Quadro de codificação	30
Quadro 4: Visão geral da evidenciação dos elementos por empresa	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2010.....	33
Figura 2: Divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2011.....	35
Figura 3: Divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2012.....	36
Figura 4: Divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2013.....	38
Figura 5: Divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2014.....	39

LISTA DE SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DINSA	Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental
ED	Elemento Divulgado
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
NBC T	Norma Brasileira Contábil Técnica
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
SA	Sociedade Anônima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização e Problematização	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.3 Justificativa	14
1.4 Estrutura do trabalho	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A contabilidade no cenário socioambiental	18
2.2 Evidenciação de informações ambientais	21
2.3 Recomendações da NBC T-15	23
3 METODOLOGIA	27
3.1 Classificação quanto aos objetivos gerais	27
3.2 Classificação quanto aos procedimentos técnicos	27
3.3 Classificação quanto à forma de abordagem do problema	28
3.4 Classificação quanto ao método de abordagem	28
3.5 Empresas analisadas	29
3.6 Coleta e Análise dos dados	29
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 Análise das empresas do segmento açúcar e álcool	31
4.1.1 Biosev	31
4.1.2 Cosan Indústria e Comércio	31
4.1.3 Raízen Energia S.A.....	32
4.1.4 São Martinho S.A	32
4.2 Grau de evidenciação segundo a NBC T-15	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problematização

Os problemas ambientais ocasionados pela ação do homem vêm despertando interesse em grande parte da população, pois estas estão preocupadas com os impactos negativos causados pelas empresas e buscando, cada vez mais, informações e transparência em relação à divulgação acerca dessas questões.

Sampaio (2011) corrobora com essa nova consciência adquirida atualmente pela sociedade, na qual este discute de nova consciência tem considerado os aspectos ambientais nas atividades das organizações, o que na prática tem se materializado em ações outrora incipientes como a gestão de resíduos sólidos, a implantação de tecnologias limpas, a implantação e desenvolvimento de técnicas sustentáveis, gestão de custos ambientais, o reconhecimento e a mensuração de ativos ambientais dentre outros.

Barbosa *et al.* (2014) enfatiza que as empresas estão desenvolvendo uma consciência ecológica, mostrando-se dispostas a contribuir, amenizando assim os impactos que suas atividades vêm causando ao ambiente no qual se encontram inseridos, mediante a criação de práticas sustentáveis que implicam na utilização de recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los.

Para Pereira e Curi (2012):

[...] pode-se dizer que a consciência sobre os problemas ambientais é muito recente, passando o mundo a se preocupar com os impactos gerados pelo mau uso dos recursos naturais, principalmente nas últimas décadas do século XX, sendo estes, atualmente temas importantes e recorrentes, nos mais diversos segmentos de opinião. (PEREIRA e CURI, 2012, p. 02)

A questão ambiental está definitivamente inserida no mundo dos negócios, pois são notórias as consequências climáticas negativas que o planeta apresenta decorrentes principalmente das atividades empresariais. As empresas para se manterem firme e atuante no mercado competitivo estão sendo levadas a rever sua atuação e adotar medidas de forma a minimizar os impactos ambientais através de investimentos que possam proporcionar um melhor desempenho ambiental de suas ações (FARIAS e FARIAS, 2009).

Nesse sentido, destaca-se a questão da sustentabilidade como uma das preocupações da sociedade, no sentido de demonstrarem o seu desempenho através de produtos que possuem valor agregado, não só pela sua utilidade, mas também pela preocupação com ações

humanas, sociais e ambientais, em que estas necessitam de instrumentos e meios para divulgarem as ações desenvolvidas e seus efeitos na natureza. Essas informações passam a ser demandadas para demonstrarem, através de relatórios, que a empresa é viável financeiramente, bem como do ponto de vista de assegurar sua longevidade sem destruir o meio ambiente (GUIMARÃES *et al.*, 2014).

De acordo com Farias e Farias (2009) a estratégia de divulgar informações ambientais visa influenciar positivamente a relação da empresa com seus *stakeholders* (partes interessadas). Inclusive já se observam avanços no estabelecimento de padrões de divulgação de informações ambientais, os quais estão sendo objeto de regulamentação de diversos países.

Santos, Correa e Antonovz (2011) corroboram no sentido que a divulgação da informação ambiental de qualidade pode ser consequência da melhoria no desempenho ambiental das entidades e para evidenciar aos *stakeholders* que as entidades atendem às determinações governamentais, de organismos ligados à regulação do desempenho ambiental e que se preocupam com a sustentabilidade e com os recursos ambientais.

Ainda na visão dos autores acima, quando divulgadas, essas informações potencialmente aumentam o valor das empresas, já que os investidores vão perceber que os prováveis passivos ambientais são menores naquelas empresas com bom desempenho em oposição àquelas com baixo desempenho ambiental.

Essa nova postura assumida por estas empresas corroboram como um importante instrumento de legitimação da sua imagem corporativa, visto que a divulgação dessas ações tem como um dos seus objetivos a redução das pressões da sociedade e a evidenciação de responsabilidade como prioridade na relação com o ambiente em que as empresas estão inseridas (SAMPAIO, 2011).

Vale salientar, que as empresas que sinalizam um comportamento ambientalmente correto são recompensadas com benefícios econômicos podendo, assim, permanecer no mercado, porque são legitimadas, ou seja, conquistam o reconhecimento da sociedade, através da realização de investimentos, que podem variar de volume, segundo fatores como o porte, o setor e a regulamentação da atividade exercida (ALVES *et al.*, 2013).

Nesse sentido, vislumbrando um cenário preocupante com as questões relativas ao meio ambiente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 19 de agosto de 2004 a Norma Brasileira Técnica (NBC T-15), especificando quanto aos procedimentos que devem ser adotados para a evidenciação das informações de natureza ambiental e social objetivando demonstrar a participação e a responsabilidade social da entidade perante a sociedade.

Diante do exposto, mediante o estabelecimento de tal normatização contábil ambiental, considerando que as empresas enxergando uma vantagem competitiva, passaram a adotar tais procedimentos, firma-se o sentido da presente pesquisa procurar responder a seguinte questão problema: **Qual o nível de evidenciação das empresas do segmento de açúcar e álcool com relação às exigências dos itens das informações de natureza ambiental segundo a NBC T-15?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o nível de evidenciação das empresas do segmento de açúcar e álcool com relação às exigências dos itens das informações de natureza ambiental segundo a NBC T-15.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os relatórios de sustentabilidade e as notas explicativas divulgadas pelas empresas nos anos de 2010 a 2014;
- Verificar o grau de conformidade das informações coletadas nas empresas em estudo com relação aos itens de divulgação segundo NBC T-15;
- Apresentar como as empresas analisadas disponibilizam suas informações financeiras de caráter ambiental segundo os requisitos das orientações normativas pertinentes.

1.3 Justificativa

“Nas últimas décadas do século XX, o mundo vem sofrendo mudanças significativas no modo de pensar a responsabilidade socioambiental das organizações. Isso se deve em grande parte ao agravamento da degradação ao meio ambiente” (FONSECA, ALMEIDA e FRANÇA, 2012, p. 2).

A preocupação com a deteriorização ambiental é atualmente foco de muitas discussões para as empresas, governos e a sociedade em geral, já que o público tem papel fundamental na prevenção, recuperação e reciclagem dos recursos naturais (CARVALHO *et al.*, 2010).

Vale salientar que a questão ambiental está se tornando, cada vez mais, matéria obrigatória das agendas dos executivos. A internacionalização dos padrões de qualidade ambiental, descritos na série ISO 14000, a globalização dos negócios e a disseminação da educação ambiental permitem antever que a exigência futura que os consumidores farão em relação à preservação do meio ambiente (DAVID, 2002).

Diante deste cenário, a Contabilidade tem contribuído de forma significativa nos processos de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações socioambientais oriundas das ações realizadas pelas empresas (SAMPAIO, 2011).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de evidenciação das informações voltadas para as questões ambientais, por parte das empresas de açúcar e álcool, onde Farias e Araújo (2011, p.5) afirmam:

[...] o cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro é muito antigo, no entanto, o uso para fins energéticos é um pouco recente e data da década de 70 do século XX, com o objetivo de fortalecer a matriz energética contra as crises mundiais de abastecimento de petróleo. Atualmente, o cultivo da cana para uso energético se expande pelo Brasil no contexto ecológico de alternativa "limpa", visando em certa medida substituir o uso de combustíveis fósseis não renováveis e poluentes. (FARIAS e ARAÚJO, 2011, p. 05)

Para Moraes (2009) o setor é visto como uma das principais culturas brasileiras, a ponto de colocar o país em primeiro lugar mundial na produção de cana-de-açúcar. Atualmente, é um setor de destaque internacional para o Brasil, além de reconhecimento mundial quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias e uso diversificado de álcool, a exemplo de automóvel *Flex Fuel*, geração de energia e benefícios ambientais.

Diante deste contexto, fundamenta-se a necessidade em evidenciar na qual a Contabilidade pode auxiliar o processo de *disclosure* ambiental no Brasil, através do cumprimento da NBC T-15, apesar da inexistência uma legislação específica a nível federal que obrigue as empresas a elaborarem e publicarem suas práticas socioambientais (BARBOSA *et al.*, 2014).

Com intuito de colaborar com o tema em estudo, algumas pesquisas apresentam e divulgam informações de responsabilidade social e/ou ambiental, cabendo destacar entre elas,

Santos, Correa e Antonovz (2011); Krespi *et al.* (2012); Fonseca, Almeida e França (2012); Shultz *et al.* (2012); e Guimarães *et al.* (2014).

O trabalho de Santos, Correa e Antonovz (2011), teve por objetivo evidenciar a divulgação e o desempenho ambiental das empresas brasileiras de capital aberto que compõem o Ibovespa. Foram analisados aspectos como estrutura de governança e sistemas de gerenciamento, credibilidade das informações divulgadas, gastos ambientais, visão e estratégia, perfil ambiental e iniciativas ambientais. Verificou-se também que, com relação a praticamente todas as informações, a maioria das empresas que as elabora também as divulga, pois, a divulgação destas faz com que a imagem e a valorização das empresas perante os possíveis investidores seja maior.

Krespi *et al.* (2012) selecionaram 37 empresas que compreendem ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) listadas na BM&FBOVESPA, tendo como objetivo analisar o grau de divulgação das informações sociais e ambientais dessas empresas. Ao término da pesquisa identificou-se que as companhias listadas pela BM&FBOVESPA cumprem com a maioria das exigências estabelecidas pela NBC T-15 em relação as informações sociais e ambientais.

Na pesquisa de Fonseca, Almeida de França (2012) teve como objetivo analisar a aderência das informações ambientais divulgadas nos Balanços Sociais das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA às exigências da NBC T 15, nos exercícios de 2008 a 2010. Os resultados demonstraram que a maioria das organizações estudadas preferiu divulgar seus Balanços Sociais através do relatório da administração. Quanto à aderência à NBC T-15, constatou-se que o grau médio foi de 28%. Tal resultado se mostra inferior ao identificado no estudo de Cavalcanti *et al.* (2009) no qual foi observado um percentual de 32%. Constata-se, portanto, decréscimo no nível de divulgação de informações ambientais em conformidade com a NBC T-15, entre 2007 e 2010, no contexto das empresas de utilidade pública, o que pode contribuir para a não promoção de divulgação de informação financeira justa, adequada e completa.

Schultz *et al.* (2012) objetivou em seu trabalho determinar o nível de evidenciação voluntária nas demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias, comparativamente com o nível de divulgação constante nas demonstrações de companhias de capital aberto do segmento de agropecuária. Como resultado o trabalho apresentou que as cooperativas dispõem um maior disclosure ambiental e social do que as empresas de capital aberto, onde as empresas de capital aberto possuem maior disclosure econômico.

Guimarães *et al.* (2014) tiveram como objetivo verificar o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas abertas que exploram a atividade agropecuária, onde foi selecionada uma amostra de 19 empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CMV). Os resultados demonstraram que as empresas apresentaram em média, baixo nível de evidenciação ambiental. Destas, quatro empresas foram classificadas com um nível médio de evidenciação, enquanto as demais se enquadram como baixo nível divulgação.

Justifica-se ainda, pelo fato de que o número de trabalhos científicos nessa área ainda ser pequeno. Foi escolhido este segmento pelo fato do mesmo apresentar um nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade e das notas explicativas satisfatório, que acarretasse uma boa base para estudo. Convém notar que este segmento ainda sofre com a falta de pesquisa por parte da área contábil, acarretando assim dificuldades de interpretação, avaliações e planejamento, entre outros aspectos, como a grande demanda da sociedade pela busca de informações ligadas à regulamentação do desempenho ambiental e que se preocupam com a sustentabilidade e com os recursos ambientais.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. Além de possuir, também, as referências das fontes utilizadas.

O primeiro capítulo apresenta a introdução, que são abordados a contextualização e a problematização acerca do tema em estudo, como também os objetivos e a justificativa da pesquisa.

No capítulo seguinte, é evidenciado o referencial teórico, visando dar embasamento ao tema abordado. Assim, apresenta-se a discussão da literatura acerca de alguns assuntos relacionados à: contabilidade no cenário socioambiental; evidenciação de informações ambientais e recomendações da NBC T-15.

O terceiro capítulo descreve a metodologia da pesquisa, demonstrando todos os procedimentos utilizados para que os objetivos do trabalho fossem atingidos.

No quarto capítulo encontra-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa, obtidos por meio dos dados coletados no site da BMF&BOVESPA, através de consultas às notas explicativas e os relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o universo da pesquisa.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A contabilidade no cenário socioambiental

Por volta do século XVIII, o processo produtivo decorrente da Revolução Industrial intensificou o ritmo das transformações ocorridas no meio ambiente. Todavia, somente no século XX, mais precisamente na década de 1950, as crescentes intervenções do homem sobre o meio ambiente começaram a provocar discussões sobre as relações entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental (SAMPAIO, 2011).

Nesse sentido, a crescente deteriorização do meio ambiente tem feito com que as empresas desenvolvam uma consciência ecológica, contribuindo para criação de políticas sustentáveis, diminuindo assim os impactos causados ao meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008) relatam que:

A degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse. Nesse sentido, o impacto dos danos ambientais nas gerações atuais e seus reflexos para as futuras fizeram com que a questão ambiental atravessasse fronteiras, se tornasse globalizada. (TINOCO E KRAEMER, 2008, p. 45)

De modo a garantir um melhor desenvolvimento do planeta, surgiram algumas conferências, encontros com o propósito de aprofundar as discussões sobre os inúmeros problemas ambientais provenientes da ação do homem, tais como a Conferência de Estocolmo, iniciada em 05 de junho de 1972 na Suécia, marcou uma etapa muito importante na política internacional. Esta foi à primeira reunião ocorrida para debater os problemas ocorridos no planeta, e visou buscar soluções para tais problemas e alertar toda a sociedade, foi um incentivo para que surgissem outras reuniões e conferências em todo o mundo. Aconteceu ainda o Congresso de Belgrado (1975), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho 1992, a ECO 92 que marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta, a Conferência

Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade (1997), e mais recentemente, o Congresso Mundial do Meio Ambiente (SAMPAIO, 2011).

Para evidenciar esses aspectos, a contabilidade ambiental se revela como um instrumento gerador de informação para a gestão das empresas, incorporando às suas demonstrações contábeis dados específicos sobre o meio ambiente, relativos à poluição ou despoluição que elas podem gerar (BARBOSA *et al.*, 2014).

A contabilidade ambiental “é uma ramificação da contabilidade tradicional sendo mais ambiciosa, por ter em vista a busca pelo conhecimento das externalidades negativas, buscando mensurar, registrar, avaliar e divulgar os eventos ambientais” (TINOCO e KRAEMER, 2008, p. 64).

Ribeiro (2008) concorda com a afirmação do autor acima, no sentido de que a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma ramificação da contabilidade tradicional, tendo como objetivo identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam associados à proteção, à preservação e à recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Freitas e Oleiro (2011) afirmam que a contabilidade ambiental:

[...] é capaz de contribuir com os gestores, na tomada de decisão, a qualquer momento que existir a necessidade de avaliação dos investimentos e dos passivos ambientais nas empresas, bem como atuar de forma preventiva nas questões da degradação do meio ambiente, evitando por fim multas onerosas e uma imagem negativa da organização. (FREITAS E OLEIRO, 2011, p. 06)

Neste contexto, Ferreira (2007, p. 59) enfatiza que “o desenvolvimento da contabilidade ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental.”

Diante do exposto, em se tratando de contabilidade ambiental faz-se necessário apresentar os conceitos de ativo, passivo, gastos e receitas ambientais.

Conforme Ribeiro (2008) os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

De acordo com o pronunciamento CPC 00 (R1) “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”. Do ponto de vista ambiental, Guimarães *et al.* (2014), afirmam que as ações de degradação que geram para as empresas o

comprometimento de preservar ou de recuperar o meio ambiente enquadram-se no conceito de passivo, já definido amplamente pela contabilidade como passivo ambiental.

Com relação aos gastos ambientais, estes se dividem em custo e despesa. Os custos ambientais de acordo com Ribeiro (2008, p. 51) relata que “muitos gastos da empresa na área ambiental resultam em benefícios econômicos futuros para a sociedade externa, como resultado de um meio ambiente melhor em relação a essa conservação dos recursos naturais”. Pode-se afirmar que os custos ambientais compreendem todos aqueles relacionados com a proteção do meio ambiente, como aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes; tratamento de resíduos dos produtos; disposição dos resíduos poluentes; recuperação ou restauração de áreas contaminadas; mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Já as despesas ambientais, ainda na visão do autor acima Ribeiro (2008):

São todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado e essas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente. (RIBEIRO, 2008, p. 50)

Os autores Tinoco e Kraemer (2008) destacam algumas despesas utilizadas nesse processo, como: tratamentos de resíduos sólidos; tratamento de emissões; descontaminação; materiais auxiliares e de manutenção de serviços; desenvolvimento de tecnologias mais limpas; gestão do meio ambiente; prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais atuais, entre outras.

Em relação às receitas ambientais, Tinoco e Kraemer (2008) abordam que estas são decorrentes da prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases de calor; redução do consumo de matérias primas; redução do consumo de água e da redução do consumo de energia.

Nesse sentido, a contabilidade vem buscando estabelecer parâmetros de mensuração e registro, para que se possa analisar a relação da entidade com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial desta relação (PAIVA, 2006).

Diante esse contexto, mudanças significativas na forma das empresas relacionarem-se com o meio ambiente, como decorrência da pressão da sociedade e do próprio crescimento das discussões sobre o tema. Desde então, tem sido notório o aumento do número de empresas que realizam e divulgam ações de recuperação e preservação ambiental. A elevação

na quantidade de *disclosure* sócio ambiental reflete a preocupação das organizações de serem percebidas como entidades responsáveis perante a sociedade e o ambiente onde desenvolvem suas atividades (SAMPAIO, 2011).

A evidenciação adequada de informações ambientais nas demonstrações financeiras torna-se importante ferramenta para a divulgação das ações das empresas relacionadas ao meio ambiente, sejam estas referentes à proteção, preservação ou recuperação do mesmo. O uso da contabilidade para divulgar dados ligados a atitudes sustentáveis beneficia a própria contabilidade e seus profissionais envolvidos. Além de disponibilizar informações para as pessoas interessadas, usuárias do meio ambiente, esse artifício ainda privilegia as boas práticas e técnicas contábeis ao reconhecer, no momento correto, os eventos econômicos e as mutações do patrimônio, indispensáveis para credibilidade das informações contábeis (GUIMARÃES, *et al.*, 2014, p. 05).

A contabilidade tem buscado criar uma série de procedimentos que ultrapassem a simples divulgação financeira, contribuindo para a inserção das questões ambientais na composição das estratégias organizacionais, incorporando aos processos produtivos das empresas a gestão ambiental dos recursos, através de avaliações do ciclo de vida do produto, indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável, além de outros que expressam uma preocupação da contabilidade com as questões que dizem respeito ao meio ambiente, as questões sociais e organizacionais (SAMPAIO, 2011).

2.2 Evidenciação de informações ambientais

A Contabilidade é uma ciência que tem como objeto o patrimônio das empresas, sejam elas com ou sem fins lucrativos, e assim tendo como finalidade principal fornecer informações para tomadas de decisões. E essa tomada de decisões é realizada com base em um grande banco de dados de informações que é alimentado através dos registros contábeis e essas informações geradas são evidenciadas através das demonstrações contábeis e relatórios para os diversos tipos de usuários da contabilidade.

Pires e Silveira (2008) corroboram no sentido que o surgimento de uma diversidade de usuários tem tornado a consecução do objetivo central da Contabilidade cada vez mais difícil, uma vez que cada um deles possui diferentes necessidades informacionais, que devem ser supridas através de informações de qualidade e em quantidade suficiente, divulgadas por meio de demonstrações contábeis e complementos.

Ainda na visão dos autores acima, a evolução das técnicas utilizadas pela Contabilidade, voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade, destaca-se o

desenvolvimento dos métodos de evidenciação ou *disclosure* das informações geradas pelo sistema contábil.

Diante esse contexto, a contabilidade ambiental se mostra como uma nova forma de mensurar, controlar e divulgar informações financeiras de natureza ambiental nas organizações. Contribuindo de forma positiva para a evidenciação ambiental, sendo um importante mecanismo no momento de evidenciação, por se tratar de demonstrativos que devem não só ter características quantitativas como qualitativas, evidenciando não somente a situação econômica, patrimonial e financeira, mas evidenciando o seu relacionamento com o meio ambiente e assegurando um embasamento adequado de informações para os usuários, onde essas informações devem ter característica de relevância e fidedignidade.

O disclosure está relacionado à divulgação, aos usuários internos e externos, de informações geradas pela contabilidade, sejam elas qualitativas ou quantitativas, formais ou informais, obrigatórias ou voluntárias, sendo o meio pelo qual a Contabilidade atinge seus objetivos, uma vez que de nada adiantam informações geradas adequadamente se elas não forem divulgadas ou, ainda, se não forem apresentadas de forma a permitir que os usuários as compreendam corretamente. (PIRES E SILVEIRA, 2008, p. 02)

De acordo com Barbosa et. al. (2004, pg. 9) “no Brasil não há obrigatoriedade na evidenciação ambiental pelas empresas, o *disclosure* é considerado voluntário”. O desempenho voluntário da divulgação das informações ambientais da entidade depende como é compreendida a responsabilidade por seus dirigentes.

Ben (2005, p. 9) afirma que “divulgar o desempenho ambiental não é algo fácil, tanto pela complexidade das questões envolvidas quanto pela necessidade de dar informações que atendam às exigências ou aos interesses de usuários específicos.”

Para Fonseca, Almeida e França (2012, p. 4) “[...] a falta de divulgação de relatórios de natureza social e ambiental, parece se dever em parte à falta de conhecimento das necessidades informativas dos variados grupos de usuários das informações que são relevantes para eles”. Os usuários das informações ambientais, em sua maioria, não possuem um conhecimento adequado sobre a importância e a necessidade das informações ambientais que podem auxiliá-los no momento da tomada de decisão.

Para apresentar a sociedade o compromisso que as empresas possuem com o meio ambiente, elas utilizam de diversos recursos para a divulgação das informações, que vão desde o mais simples, como propagandas e campanhas até relatórios mais específicos, alcançando assim seu objetivo que é o de atender as necessidades informacionais de seus

usuários. Krespi *et al.* (2012, p. 6) corroboram que: “Diante dos relatórios divulgados pelas empresas, estão os relatórios ambientais, Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, relatório da administração, notas explicativas, dentre outros considerados relevantes para a empresa.”.

Diante do exposto, a evidenciação adequada de informações ambientais nas demonstrações financeiras torna-se importante ferramenta para a divulgação das ações das empresas relacionadas ao meio ambiente, sejam esses referentes à proteção, preservação ou recuperação do mesmo. Para tanto, é necessário muito mais informações do que as previstas na lei das sociedades por ações (GUIMARÃES *et al.*, 2014).

Ainda na visão do autor acima, o uso da contabilidade para divulgar atitudes sustentáveis beneficia a própria contabilidade e seus profissionais envolvidos. Além de disponibilizar informações para as pessoas interessadas, esse artifício ainda privilegia as boas práticas e técnicas contábeis ao reconhecer, no momento correto, os eventos econômicos e as mutações do patrimônio, indispensáveis para credibilidade das informações contábeis.

Com essas medidas, a divulgação da informação ambiental de qualidade pode ser consequência da melhoria no desempenho ambiental das entidades e para evidenciar aos *stakeholders* que as entidades atendem às determinações governamentais, de organismos ligados à regulação do desempenho ambiental e que se preocupam com a sustentabilidade e com os recursos ambientais (SANTOS, CORREA E ANTONOVZ, 2011).

A divulgação das informações contábeis ambientais aumenta a importância de as empresas expressarem suas atitudes sustentáveis de modo que a sociedade possa identificar aquelas que mais contribuem para a manutenção do meio ambiente. Além disso, a publicação de informações ambientais traz outros benefícios diretos para as empresas (GUIMARÃES *et al.*, 2014).

2.3 Recomendações da NBC T-15

No Brasil, como na maioria dos países, ainda não há a obrigatoriedade da divulgação de informações ambientais nos relatórios econômico-financeiros. Alguns órgãos emitem recomendações sobre essa divulgação nos relatórios financeiros, como é o caso, no âmbito nacional, da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e, no âmbito internacional, do *Global Reporting Initiative* (GRI) (GUIMARÃES *et al.*, 2014).

Diante da falta de padronização nas divulgações das informações de caráter social e ambiental, o CFC no exercício de suas atribuições, aprovou em 2004 a sua resolução nº 1003/04a NBC T-15, com o propósito de estabelecer procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Ainda segundo o entendimento da referida Resolução, abrange-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

Assim, as informações referentes à interação que a entidade possui com o meio ambiente que devem ser divulgadas pelas entidades, segundo a Resolução CFC nº. 1003/2004 são:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

Essas informações supracitadas são os itens de investigação do qual tratará a referida pesquisa. De acordo com as disposições finais da NBC T-15 as entidades podem acrescentar ou especificar outras informações que julgar importante, sendo estas de responsabilidade do profissional de contabilidade e podendo ser objeto de revisão do auditor independente.

Vale salientar, que a evidenciação das informações ambientais deve ser efetuada pelas entidades como informação complementar, onde de acordo com Ribeiro (2008) as informações ambientais são evidenciadas, separadamente na estrutura tradicional do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, mediante contas de natureza ambiental, com citações no Relatório da Diretoria e em Notas Explicativas. Ou ainda, através de formas alternativas para divulgação do Balanço Social, Eco balanço, Demonstrações Alternativas, quadros Suplementares, entre outros.

Com relação à referida norma, alguns trabalhos foram encontrados, entre eles pode-se destacar o de Faria e Pereira (2009), Teixeira, Silva e Pereira (2011) e Barbosa *et al.* (2014).

Faria e Pereira (2009) englobaram por meio de pesquisa documental e análise de conteúdo, as informações socioambientais das maiores empresas por receita operacional bruta do segmento químico e petroquímico no Brasil, dos anos de 2006 e 2007, visando a verificar se essas empresas estão evidenciando as referidas informações de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T-15, que entrou em vigor em 2006. Os autores ao final da pesquisa identificaram que há vasto caminho a ser percorrido para se alcançar um padrão mínimo de evidenciação de informações socioambientais; que se encontram presentes nos relatórios analisados, mas de forma bastante genérica e qualitativa, carecendo de dados quantitativos que comprovem ou refutem as informações qualitativas.

Já Teixeira, Silva e Pereira (2011) investigaram quais são as informações socioambientais, demonstradas nos relatórios publicados pelas maiores empresas de capital aberto, com base no critério valor de mercado, e que estão seguindo às recomendações da NBCT-15 – informações de Natureza Social e Ambiental. Durante o estudo foram analisados os relatórios de 65 (sessenta e cinco) companhias, obtidos através do sítio institucional da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os achados da pesquisa revelaram que: a) nenhuma empresa pesquisada publicou qualquer demonstração contábil denominada como Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA); b) sessenta e três por cento das empresas estudadas não evidenciam o nome do responsável pelas informações de natureza socioambiental conforme recomenda a NBCT-15. Com relação às informações de cunho negativo, os achados revelaram que 05 (cinco) dos 12 (doze) indicadores de cunho negativo proposto pela NBCT-15 só foram evidenciados por uma única organização, sendo três deles voltados para o meio ambiente.

Quanto Barbosa *et al.*(2014) buscou verificar a evidenciação das informações ambientais nas empresas de papel e celulose quanto ao cumprimento dos itens de divulgação das informações de natureza social e ambiental que rege a NBC T-15. Após a realização da pesquisa foi possível perceber que elas são evidenciadas parcialmente, pois as empresas, na sua grande maioria, demonstram apenas os ativos ambientais, deixando-os de informar seus passivos ambientais. As investigações demonstraram, também, que as empresas sinalizam suas intenções para uma consciência ambiental, no entanto, faz-se necessário apresentar essas informações em uma demonstração contábil isolada como determina a NBC T-15. Destaca-se, também, que a maioria das informações coletadas para análise foram publicadas nos relatórios de sustentabilidade.

Diante as pesquisas apresentadas acima, observou-se que, o número de trabalhos ainda é muito carente na literatura e sem falar que os evidenciados apresentaram uma realidade muito distante do *disclosure* ambiental, onde comprometimento com questões ligadas ao meio ambiente, os impactos ambientais das atividades realizadas, às condições ambientalmente sustentáveis e as medidas adotadas para reduzir os efeitos passam longe de serem atingidos.

3METODOLOGIA

3.1Classificação quanto aos objetivos gerais

Quando se refere aos objetivos da pesquisa, este trabalho tem característica descritiva, buscando descrever os processos utilizados na divulgação das informações ambientais e sociais.

De acordo com Silva (2008, p. 59) uma pesquisa descritiva “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”.

3.2 Classificação quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta consiste em uma pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de levantamento.

A pesquisa bibliográfica é apresentada através da discussão na literatura acerca da temática estudada. Tendo como meios para consultas livros, artigos, dissertações, monografias e etc., isto é, tudo o que já foi publicado anteriormente em relação à temática abordada.

Para Silva (2008, p.54) a pesquisa bibliográfica “... explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc.”

Para Koche (2008):

O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa. (KOCHE, 2008, p. 122)

Quanto a pesquisa documental, esta foi realizada com base em documentos, como os demonstrativos contábeis, notas explicativas, relatórios de sustentabilidade entre outras informações das empresas do segmento pesquisado. De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 176), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Por fim, ainda quanto aos procedimentos técnicos, o presente trabalho classifica-se como uma pesquisa de levantamento de dados, por ter sido feita diretamente nos demonstrativos contábeis, notas explicativas, relatório de sustentabilidade entre outras informações das empresas do segmento açúcar e álcool, listadas na BM&FBOVESPA, bem como aos sites das empresas aqui estudadas entre os anos de 2010 à 2014.

Uma pesquisa de levantamento “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”. (SILVA, 2008, p.56).

3.3 Classificação quanto à forma de abordagem do problema

Quanto à forma que foi abordada o problema, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa, por objetivar evidenciar as informações divulgadas pelas empresas do segmento em estudo com relação ao cumprimento da norma NBC T-15. De acordo com Beuren (2006, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Classifica-se ainda como quantitativa, sendo utilizadas amostras das empresas do setor em estudo sendo feito a coleta e o levantamento de dados. Para Marconi e Lakatos (2008):

No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numérica, enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados.

(MARCONI e LAKATOS, 2008, p. 269)

3.4 Classificação quanto ao método de abordagem

O método de abordagem utilizado na pesquisa é o indutivo. Conforme Marconi e Lakatos (2009) a indução é um processo mental, que parte de dados particulares, verificados aptos, inferem uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas, portanto o método determina que se as partes são verídicas, então conclui-se que o restante será.

Nesse sentido, ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2009) uma característica que não pode deixar de ser destacada é que o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas.

3.5 Empresas analisadas

A fim de realizar a investigação, foram selecionadas cinco empresas do setor de Consumo não cíclico, subsetor de alimentos processados do segmento de açúcar e álcool listados na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2014. No entanto, apenas quatro empresas do setor acima evidenciado participaram, onde a COSAN LIMITED não foi analisada, haja vista que não possui informações suficientes para o estudo.

Como fonte de dados para a pesquisa foram verificadas as informações disponíveis nas demonstrações financeiras padronizadas, balanço social, relatório ambiental e de sustentabilidade, notas explicativas e informações divulgadas nos *sites* das empresas.

As empresas contempladas na pesquisa foram distribuídas no quadro abaixo:

Quadro 1-Empresas analisadas

SEGMENTO	EMPRESA
Açúcar e Álcool	<u>Biosev S.A</u>
Açúcar e Álcool	Cosan S.A Industria e Comércio
Açúcar e Álcool	Raízen Energia S.A
Açúcar e Álcool	São Martinho S.A

Fonte: Adaptado da BM&FBOVESPA, 2015.

3.6 Coleta e Análise dos dados

Os dados foram coletados no *site* da BMF&BOVESPA, através de consultas aos demonstrativos contábeis, notas explicativas e os relatórios de sustentabilidade individualmente de cada empresa que compõe a pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizou-se como base a pesquisa de Barbosa *et. al.* (2014, p. 9), compreendendo os requisitos de divulgação ou elemento de divulgação (ED), das informações ambientais segundo requisitos da NBC T-15.

Quadro 2 - Elementos de *disclosure* ambiental

COD. VAR.	DEFINIÇÃO DA VARIÁVEL EM ANÁLISE:
ED. 1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.
ED. 2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
ED. 3	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
ED. 4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade

ED. 5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais
ED. 6	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.
ED. 7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.
ED. 8	Passivos e contingências ambientais

Fonte: Barbosa *et al.*, 2014.

Para o levantamento das variáveis neste trabalho, foi utilizado a codificação dos atributos exigidos pela NBC T-15 de acordo com a tabela utilizada por Barbosa *et al.* (2014).

Quadro 3 - Quadro de codificação

CÓDIGO DA RECOLHA	SIGNIFICADOS
0	Elementos não divulgados
1	Elementos divulgados

Fonte: Barbosa *et al.*(2014).

Para tratamento dos dados coletados, estes foram analisados através da utilização de gráficos que foram construídos com o auxílio da ferramenta Microsoft Excel, demonstrando assim, o nível de evidenciação das empresas do segmento açúcar e álcool segundo o padrão de divulgação na NBC T-15.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise das empresas do segmento açúcar e álcool

A análise do segmento açúcar e álcool foi feita individualmente para cada empresa, onde foram analisadas as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade e nas notas explicativas de cada empresa nos referidos anos em questão, sendo observado o nível de evidenciação desse segmento segundo os procedimentos estabelecidos pela NBC T-15.

4.1.1 Biosev

A BIOSEV S.A tem sede em Pinheiros, Estado de São Paulo, tendo como atividade a produção, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas, dentre outras atividades. É uma sociedade anônima de capital aberto que nasceu da aquisição da usina Criciúma pelo grupo que atua no setor sucroenergético. A empresa possui suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Esta empresa pertence ao Grupo Louis Dreyfus Commodities, onde a empresa Sugar Holdings B.V é controladora direta com 49,87% das ações.

4.1.2 Cosan Indústria e Comércio

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto que faz parte do segmento do Novo Mercado enquanto a sua controladora Cosan Limited (CZZ) tem ações listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE).

Foi criada em 30 de abril de 2007, em Bermudas, tendo como atividade preponderante o controle acionário da Cosan S.A Indústria e Comércio.

A Cosan S.A e suas controladas têm como atividade principal: I- a fabricação de açúcar e etanol, assim como a co- geração de energia produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar; II- Produção e distribuição de lubrificantes e distribuição de combustíveis e; III- serviço de logística, armazenagem e elevação portuária.

4.1.3 Raízen Energia S.A

A Raízen teve início em 1º de junho de 2011 com o anúncio da Joint Venture entre a Royal Dutch Shell e a Cosan S.A, tendo como um dos seus objetivos principais o de fazer o etanol uma *comodity* internacional. A Raízen é uma sociedade anônima de capital aberto desde 2013, na categoria B, tendo sua sede na cidade de São Paulo. Ela tem como atividade a produção e comércio de açúcar e etanol, assim como a cogeração de energia produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

4.1.4 São Martinho S.A

Um dos maiores produtores de açúcar e etanol do Brasil, o Grupo São Martinho é uma sociedade anônima de capital aberto, possuindo três usinas em operação, tendo como principais produtos: açúcar, etanol e energia elétrica. Iniciou em 2007, no mês de fevereiro, a negociação de ações na Bolsa de Valores de São Paulo, no Novo Mercado, sob código SMT03, possuindo sua sede em Pradópolis, estado de São Paulo. A empresa tem como principais acionistas as holdings familiares: João Ometto Participações S.A (25,23 %); Luiz Ometto Participações S.A (25,23%) e Nelson Ometto Participações S.A (10,76%).

4.2 Grau de evidenciação segundo a NBC T-15

O estudo foi realizado no setor de Consumo não cíclico, subsetor de alimentos processados do segmento de açúcar e álcool listados na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2014, em que foram analisados os relatórios de sustentabilidade e as notas explicativas das quatro empresas pertencentes ao segmento, na qual o maior índice de evidenciação foi colhido no relatório de sustentabilidade.

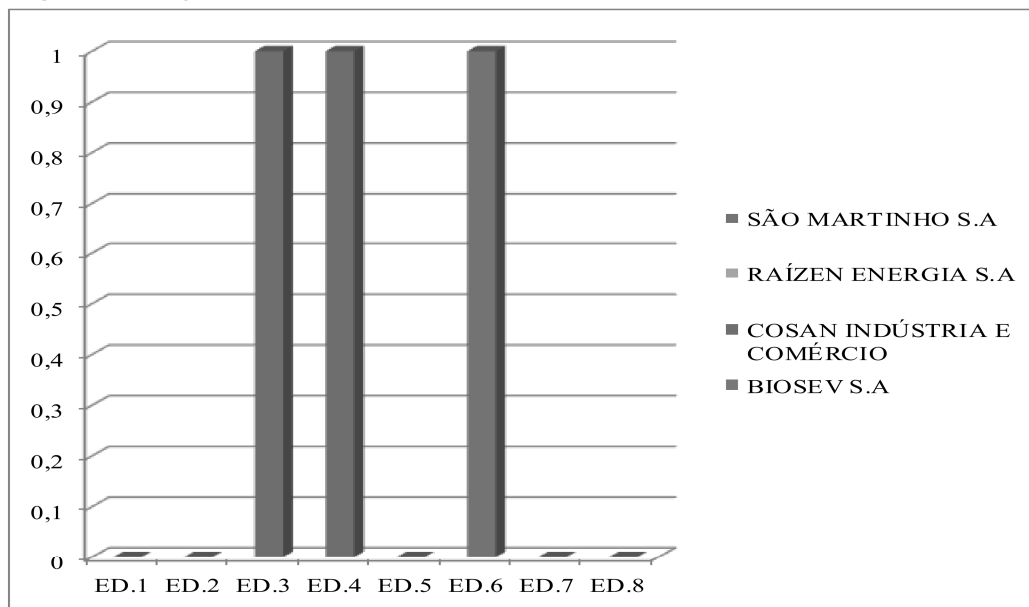
Na análise do ano de 2010, foi possível identificar que a companhia que mais evidenciou requisitos de divulgação ou elemento de divulgação (ED) das informações ambientais segundos requisitos da NBC T-15 exposto no quadro 1, quadro este já evidenciado anteriormente, foi a Cosan Indústria e Comércio, a empresa apresentou 25% dos itens de divulgação. Itens esses relacionados aos investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade e investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, conforme demonstrado na Figura 1 abaixo.

Segundo análise realizada através das notas explicativas, relatórios de sustentabilidade, entre outras informações durante o ano de 2010, a empresa São Martinho S.A divulgou apenas um único elemento (12,5%), sendo ele: quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

Neste ano em análise não foi incluída a empresa Raízen Energia S.A pelo fato de ter sido fundada no ano de 2011.

A empresa Biosev S.A não possui relatório de sustentabilidade e notas explicativas, no respectivo ano em estudo, sendo assim impossível de se analisar no ano em questão.

Figura 1: divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T-15 em 2010.



Fonte: própria do autor, 2015.

Após análise realizada no ano de 2010, fica exposta a quantidade mínima de elementos de divulgação evidenciados segundo a NBC T-15 das empresas que compõem setor de Consumo não cíclico, subsetor de alimentos processados do segmento de açúcar e álcool. Fato este, preocupante, no que se refere às informações de natureza social e ambiental com divulgação obrigatória desde 2006.

Cabe ressaltar, que apesar da quantidade mínima de elementos divulgados, ainda foi possível identificar segundo item evidenciado pela a empresa São Martinho S.A, como a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A mesma deveria em resposta a esse quesito, no mínimo realizar ações voltadas a recuperar e a reciclar algum tipo de dano que possivelmente possa ter contribuído de forma negativa, através de atitudes positivas como investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação

de ambientes degradados, investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, entre outras atitudes que levariam a empresa a ser vista com outros olhos perante a sociedade, investidores, usuários internos, entre outros, ou seja, existe a lacuna em resposta a esse tipo de divulgação que contribui para uma imagem ainda negativa da empresa.

Por sua vez, os resultados obtidos no ano de 2011, demonstram que ocorreram mudanças significativas em comparação com o ano anterior, ressaltando que houve a entrada da empresa Raízen Energia S.A no mercado de açúcar e álcool.

Pode-se observar na Figura 2 que em 2011 a empresa que mais evidenciou informações de natureza ambiental foi a São Martinho S.A com quatro (50%) dos elementos divulgados, sendo eles: investimentos e gastos com a preservação e/ ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; e valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ ou judicialmente.

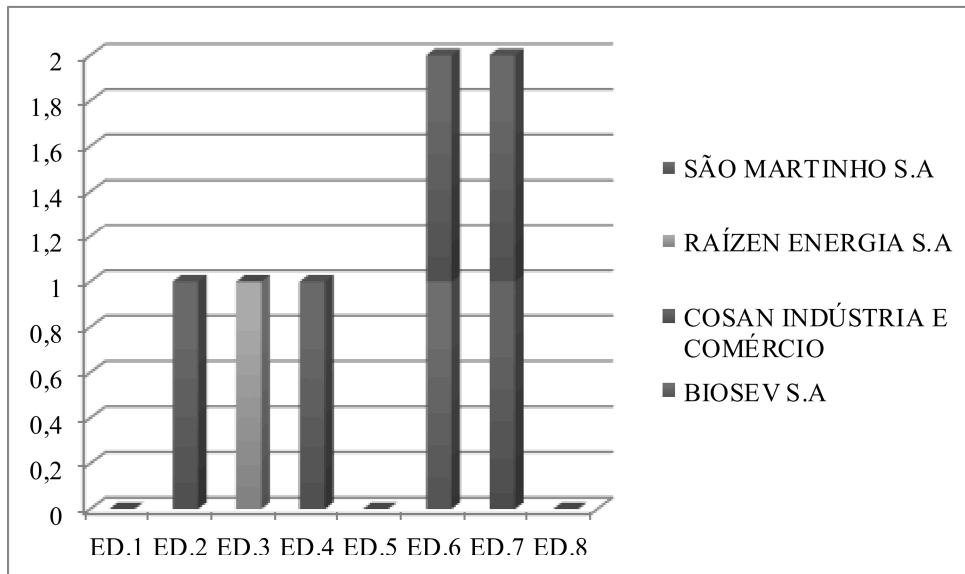
As demais empresas divulgaram apenas um elemento (12,5%), a Raízen Energia S.A divulgou o elemento que se refere aos investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.

A Cosan Indústria e Comércio, que no ano anterior apresentou dois elementos de divulgação (25%), no ano de 2011, passou a apresentar informações de apenas um item (12,5%). Item este, relacionado a valores das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Cabe destacar que a empresa no ano anterior não apresentou item de divulgação relacionado a ações negativas, como processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade que pudessem levar a esse tipo de divulgação, pelo contrário apresentou itens relacionados aos investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade e investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade. Assim, não fica claro esse tipo de divulgação relacionado com a temática ambiental realizado no ano de 2011, pois não combinam com as ações positivas realizadas no ano anterior.

A Biosev S.A divulgou um item apenas (12,5%), relacionado à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. Vale destacar, que como a empresa não apresentou relatório de sustentabilidade e notas explicativas no ano anterior (2010), dificulta a análise no ano em questão, e assim espera-se que no próximo ano a

empresa apresenta itens de divulgação positivos que corrijam o item divulgado no ano em questão (2011).

Figura 2: divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T-15 em 2011.



Fonte: própria do autor, 2015.

Ressalta-se que nenhuma das empresas em estudo evidenciou os elementos um, cinco e oito, que tratam respectivamente do investimento e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimento e gastos com outros projetos ambientais; e passivos e contingências ambientais.

Após análise do ano de 2011, foi possível identificar que apesar da empresa São Martinho ainda está apresentando item de divulgação relacionado a processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade no ano de 2010, a mesma, apresentou no respectivo ano, algumas atitudes que corrigem os elementos evidenciados no ano anterior, ou seja, divulgou elementos relacionados a ações positivas que retificam essas ações.

Na análise do ano de 2012, nota-se um pequeno crescimento ocorrido em relação aos anos anteriores com relação aos itens de divulgação dos elementos exigidos na NBC T-15.

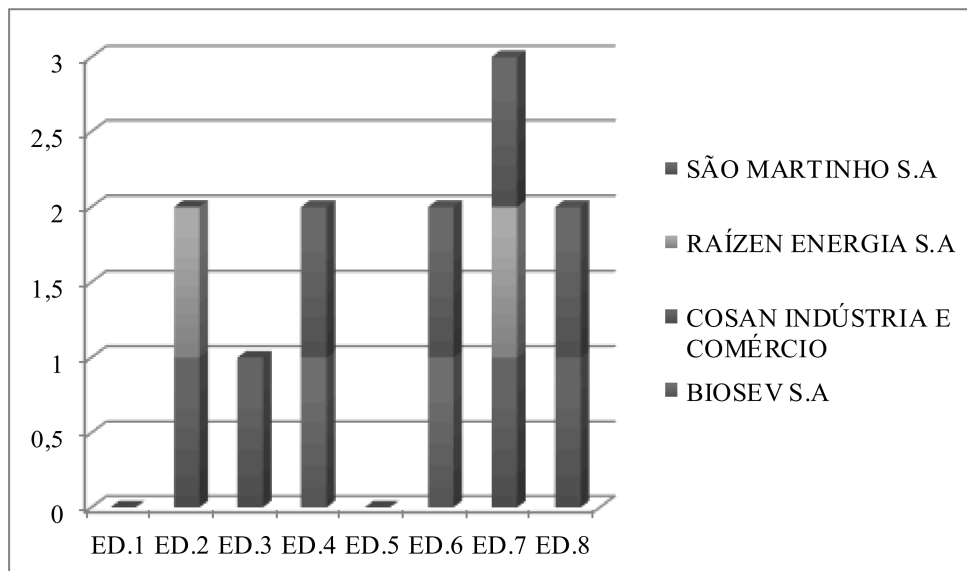
De acordo com a Figura 3, foi possível identificar que as empresas que mais divulgaram informações foram a São Martinho S.A e a Cosan Indústria e Comércio, tendo ambas divulgado quatro (50%) dos oito elementos contidos na norma, sendo que a São Martinho S.A divulgou os elementos relativos aos investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e passivos e contingências ambientais.

Enquanto a Cosan Indústria e Comércio S.A, divulgou: investimentos e gastos com a preservação e/ ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e passivos e contingências ambientais. Este aumento foi significativo em relação a 2011, pois a empresa tinha divulgado um único elemento.

As demais empresas (Biosev e Raízen) apresentaram um aumento mínimo na evidenciação das informações com relação ao ano de 2011, tinham expostos apenas um elemento, aumentando para dois elementos em 2012.

A empresa Raízen Energia S.A e Biosev S.A evidenciaram 25% dos elementos exigidos segundo a NBC T- 15. A Raízen apresentou elementos relacionados à: investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Já a empresa Biosev S.A, apresentou itens como: investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade e quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

Figura 3: divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T-15 em 2012.



Fonte: própria do autor, 2015

Depois de realizada análise do ano de 2012, identificou-se que a empresa São Martinho S.A, apesar de estar divulgando itens positivos relacionados à matéria ambiental, ainda continua de certa forma atingindo aos preceitos negativos relacionados à natureza social e ambiental, ou seja, a empresa segundo elementos de divulgação evidenciados continua

sofrendo penalidades e dessa forma impedindo de atingir o objetivo de demonstrar perante a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. E quanto à empresa Cosan Indústria e comércio S/A destaca-se que a mesma divulgou itens positivos relacionados a investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados além de gastos com educação ambiental e ainda percebe-se a divulgação do item Passivos e contingências ambientais que responde o item divulgado no anterior com relação a valores das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.

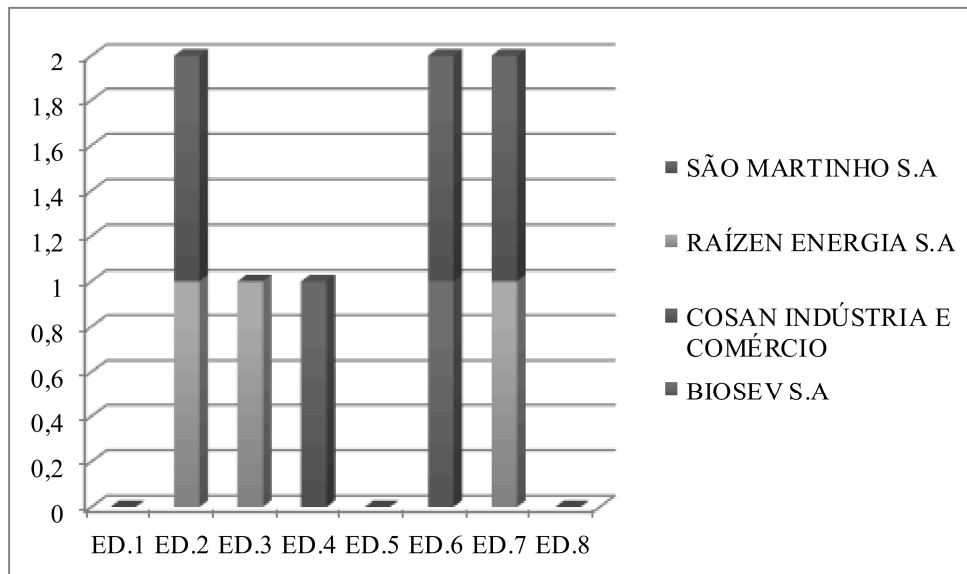
Com relação ao ano de 2013, foi possível identificar, segundo a figura 4, que a empresa São Martinho S.A continua liderando quanto ao número de elementos de divulgação (50%) segundo a NBC T-15, ou seja, evidenciou itens relacionados com: investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade e valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.

Com relação à empresa Raízen Energia S.A, apresentou 37,5%, ou seja, obteve um pequeno aumento com relação ao ano anterior, assim a empresa apresentou elementos voltados a investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade e valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.

Com relação à empresa Cosan indústria e comércio S.A, não apresentou nenhum tipo de divulgação. Cabe destacar que a empresa no ano anterior evidenciou 50% dos elementos voltados para as questões de natureza social e ambiental.

Já com relação à empresa Biosev S.A apresentou apenas um item de divulgação, ou seja, evidenciou apenas 12,5 %.

Figura 4: divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T-15 em 2013.



Fonte: própria do autor, 2015.

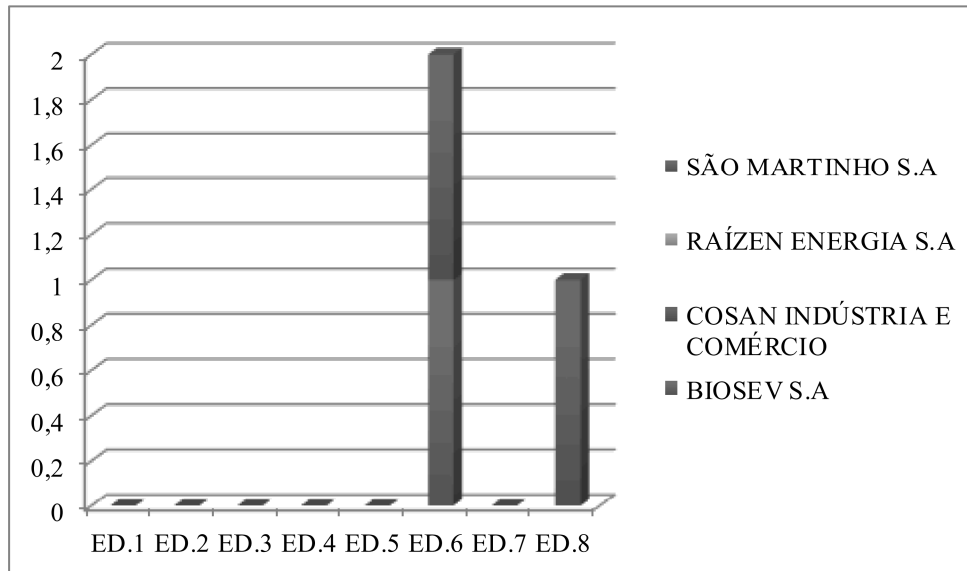
Finalizando a análise do ano de 2013, observou-se que a empresa São Martinho S.A é apontada pela terceira vez consecutiva como a empresa que mais divulgou os elementos relacionados à questão social e ambiental segundo a NBC T-15, vale salientar que apesar da mesma ter divulgado itens relacionados com a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade e valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente, esta não evidencia no ano em análise, no caso 2013, suas obrigações e contingências ambientais relacionadas com esses itens citados que provocaram esse tipo de obrigação.

Por fim, os resultados do ano de 2014 evidenciados na Figura 5 demonstraram que houve uma diminuição geral da divulgação de informações de natureza ambiental segundo a NBC T-15 por parte das empresas analisadas, onde percebe-se que apesar da empresa São Martinho S.A ter apresentado durante a pesquisa um maior número de divulgação, esta no ano de 2014 apresentou um decréscimo, ou seja passando de 50% para 25% de divulgação de informações ambientais, divulgando elementos relacionados apenas: quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; e passivos e contingências ambientais.

A Biosev S.A continuou a divulgar um único elemento, sendo este o mesmo do ano anterior, correspondendo ao requisito seis que diz respeito à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

A Cosan Indústria e Comércio S.A e a Raízen Energia S.A não divulgaram o relatório de sustentabilidade no ano de 2014, onde foi analisado apenas as notas explicativas não sendo identificado nenhum dos requisitos exigidos pela NBC T-15.

Figura 5: divulgação de informações ambientais de acordo com a NBC T- 15 em 2014.



Fonte: própria do autor, 2015

Conforme evidenciado na plataforma teórica, os relatórios das empresas devem evidenciar informações de cunho econômico, social e ambiental de acordo com a NBC T-15 aprovada através da Resolução de nº 1.003/04 que passou a vigorar desde janeiro de 2006. E assim, depois de realizada a pesquisa no setor de consumo não cíclico, subsetor de alimentos processados do segmento de açúcar e álcool listados na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2014, foi constatado que a maioria das empresas pesquisadas apresentou um baixo nível de evidenciação com relação às exigências da norma citada acima, que trata desse tipo de divulgação, em que estas têm por objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Diante desse contexto, observa-se a necessidade de se realizar novos estudos voltados para esse segmento tão carente de pesquisa, onde boa parte delas divulga apenas parcialmente alguns requisitos voltados para questão social e ambiental.

Com o objetivo de evidenciar o cenário acima apresentado, foi elaborado o Quadro 4 abaixo para expor uma visão geral da situação encontrada.

Quadro 4: Visão geral da evidenciação dos elementos por empresa

ITENS EVIDENCIADOS	EMPRESAS	PERÍODO ANALISADO NA PESQUISA					EVIDENCIAÇÃO TOTAL
		2010	2011	2012	2013	2014	
ED. 1	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Raízen	-	Não	Não	Não	Não	0%
	São Martinho	Não	Não	Não	Não	Não	0%
ED. 2	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Não	Não	Sim	Não	Não	20%
	Raízen	-	Não	Sim	Sim	Não	50%
	São Martinho	Não	Sim	Não	Sim	Não	40%
ED.3	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Sim	Não	Sim	Não	Não	40%
	Raízen	-	Sim	Não	Sim	Não	50%
	São Martinho	Não	Não	Não	Não	Não	0%
ED. 4	Biosev	Não	Não	Sim	Não	Não	20%
	Cosan	Sim	Não	Não	Não	Não	20%
	Raízen	-	Não	Não	Não	Não	0%
	São Martinho	Não	Sim	Sim	Sim	Não	60%
ED. 5	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Raízen	-	Não	Não	Não	Não	0%
	São Martinho	Não	Não	Não	Não	Não	0%
ED.6	Biosev	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	80%
	Cosan	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Raízen	-	Não	Não	Não	Não	0%
	São Martinho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
ED. 7	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Não	Não	Sim	Não	Não	20%
	Raízen	-	Não	Sim	Sim	Não	40%
	São Martinho	Não	Sim	Sim	Sim	Não	60%
ED. 8	Biosev	Não	Não	Não	Não	Não	0%
	Cosan	Não	Não	Sim	Não	Não	20%
	Raízen	-	Não	Não	Não	Não	0%
	São Martinho	Não	Não	Sim	Não	Sim	40%

Fonte: Barbosa *et al.*, 2014.

Vale salientar que a empresa Raízen Energia S.A foi fundada em 2011, assim realizou-se análise em três anos.

De maneira geral, observa-se que o requisito ED.6 (quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade) foi o que apresentou o maior nível de evidenciação por parte das empresas São Martinho S.A e Biosev S.A, fato este que chama atenção, onde demonstra uma postura negativa por parte dessas empresas com relação a questões sociais e ambientais.

Vale destacar, que embora a empresa São Martinho tenha praticado ações positivas nos anos de 2011, 2012 e 2013 com relação a investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, a mesma ainda encontra-se apresentando uma postura negativa que a leva a certas penalidades imposta pela legislação ambiental com relação ao desenvolvimento

irregular de suas atividades. Cabe destacar ainda, que a empresa Biosev S.A apresentou apenas no de 2012 ações positivas relacionadas investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.

Ainda foi possível identificar que a empresa Raízen S.A apesar de evidenciado ações negativas nos anos de 2012 e 2013 com relação a valores das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente, a mesma apresentou um percentual de 50% de divulgação de ações positivas (ED.2 e ED.3) como: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade que corrigem em parte essa postura negativa relacionada à natureza social e ambiental.

Os dados expostos no quadro demonstram a participação e a responsabilidade social e ambiental que as empresas do segmento de açúcar e álcool possuem em relação às exigências estabelecidas na NBC T-15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar o nível de evidenciação das empresas do segmento de açúcar e álcool com relação às exigências dos itens das informações de natureza ambiental segundo a NBC T-15.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão na literatura acerca da contabilidade no cenário socioambiental, evidenciação de informações ambientais e recomendações da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T-15).

Assim, com o intuito de responder ao problema proposto por esta pesquisa, foi realizado um levantamento de dados diretamente nos demonstrativos contábeis, notas explicativas, relatório de sustentabilidade entre outras informações das empresas do segmento açúcar e álcool, listadas na BM&FBOVESPA, bem como aos sites das empresas aqui estudadas entre os anos de 2010 à 2014.

Conforme demonstrado na plataforma teórica, os relatórios das empresas devem evidenciar informações de cunho econômico, social e ambiental de acordo com a NBC T-15 aprovada através da Resolução de nº 1.003/04 que passou a vigorar desde janeiro de 2006.

Após ter realizada a pesquisa, os resultados demonstraram uma realidade distante da exigida pela NBC T-15, na qual foi possível detectar que a maioria das empresas pesquisadas apresentaram um baixo nível de evidenciação com relação às exigências da norma citada acima que trata desse tipo de divulgação, em que estas têm por objetivo demonstrar a sociedade à participação e à responsabilidade social da entidade.

De forma geral, observou-se que o elemento de divulgação ED.6 (quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade) foi o que apresentou o maior nível de evidenciação por parte das empresas São Martinho S.A e Biosev S.A. Cabe destacar, que essas empresas demonstram uma postura negativa com relação a questões sociais e ambientais. Apesar da empresa São Martinho ter praticado ações positivas nos anos de 2011, 2012 e 2013 com relação a investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, a mesma ainda encontra-se apresentando ações que a leva a certas penalidades imposta pela legislação ambiental com relação ao desenvolvimento irregular de suas atividades.

Vale enfatizar que o nível de divulgação dos elementos relacionados a ações positivas como investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do

meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com educação ambiental para a comunidade, entre outras ações, foram inferiores as ações negativas praticadas pelas empresas do segmento em estudo.

Os requisitos ED 1 e ED 5 que correspondem respectivamente aos investimentos e gastos com a manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e investimentos e gastos com outros projetos ambientais, foram os que não apresentaram evidência por parte das empresas do segmento em estudo.

Diante o cenário apresentado, foram encontradas algumas limitações no decorrer do estudo, pois existe uma falta de padronização e uniformidade nos relatórios das informações de cunho social e ambiental, e ainda com relação aos anos de divulgação, onde percebeu-se que a maioria das empresas divulgam algumas ações negativas e em contra partida não evidenciam em sua maioria quais as ações positivas corrigem aquelas praticadas em anos anteriores que levaram a esse tipo de penalidade.

Como sugestão para pesquisas futuras, sejam realizados estudos em outros segmentos considerados segundo a Lei 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil, em seu anexo VIII considerada como alto grau de poluição.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. V.; LUCA, M. M. M.; CARDOSO, V. I. C.; VASCONCELOS, A.C..**Relação entre desempenho econômico e desempenho ambiental de empresas no Brasil e na Espanha.** 2013. Disponível em:<<file:///C:/Users/Danieli/Downloads/DialnetRelacaoEntreDesempenhoEconomicoEDesempenhoAmbienta-4655874.pdf>>. Acesso em: 13 jan 2016.

BARBOSA, E. S.; OLIVEIRA, Á. T. A.; SILVA, R. P. A.; REZENDE, I. C.C..**Evidenciação das informações Ambientais segundo a NBC T-15: Um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010.** 2014. Disponível em:<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/108/pdf>>. Acesso em: 05 mar 2015.

BEN, F..**Evidenciação de informações ambientais pelas empresas gaúchas.** 2005. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/95/260>>. Acesso em: 01 set 2015.

BEUREN, I. M.. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática/.** - 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, J. R. M.; ALEXANDRE, F. A. M.; ALMEIDA, K. K. N.; CURI, W.F..**Uma Análise do Interesse dos Estudantes de Ciências Contábeis pela Área de Contabilidade Ambiental.** 2010. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1332/1040>>. Acesso em: 17 jan 2016.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Posição Patrimonial e Financeira). Disponível em:<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 17 out 2015.

DAVID, Afonso Rodrigo. **Contabilidade Ambiental.** In: IX Congresso Brasileiro de Custos. Anais. São Paulo, 2002. Disponível

em:<anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/2753/2753>. Acesso em: 17 out2015.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R.S..**Disclosure de Informações Socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T-15.**2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON235.pdf>>. Acesso em: 28set 2015.

FARIAS, C. S.; ARAÚJO, J. J. C. N..**O agronegócio da cana- de- açúcar no estado do Acre: O incentivo estatal, a questão do campesinato e as condições de trabalho.** 2011. Disponível em:<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN12Cleitone%20oseJulio.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2015.

FARIAS, K. T.R.. FARIAS, M. R.S..**Influência do Desempenho Ambiental na Estratégia de Divulgação Ambiental das Empresas Abertas Brasileiras.** 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON3101.pdf>>. Acesso em: 23 mar 2015.

FERREIRA, A. C.S..**Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável** – inclui Certificado de Carbono / Aracéli Cristina de Sousa Ferreira. – 2. Ed. – reimpr.- São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, F. A. P. B.; ALMEIDA, K. K. N.; FRANÇA, R.D..**Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas do Segmento de Utilidade Pública Listadas na BM&BOVESPA: Um Estudo sobre a Evolução na Divulgação dessas Informações.** 2012. Disponível em:<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/63/pdf>>. Acesso em: 27 mai 2015.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W.N..**Contabilidade Ambiental: A Evidenciação nas Demonstrações Financeiras das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA.**2011. Disponível em:<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/29/pdf>>. Acesso em: 19 jul 2015.

GUIMARÃES, D. A.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F.; PEREIRA, I.V..**Análise do nível de evidenciação de informações ambientais apresentado pelas empresas abertas que**

exploram atividades agropecuárias. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/20125/11982>>. Acesso em: 02 mai 2015.

KOCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**/ José Carlos Koche. 25. Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KRESPI, N. T.; UTZIG, M. J. S.; DALLABONA, L. F.; SCARPIN, J.E.. **Disclosure of information environmental analysis under the social aspect of companies listed on ISE.** 2012. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v8/Ise%20english.pdf>>. Acesso em: 27 jun 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6º. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia Científica.** 5º. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&BOVESPA. **Empresas Listadas.** 2015. Disponível em: <<http://bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=A%C3%A7ucar+e+Alcool&idioma=pt-br>>. Acesso em: 17 abr 2015.

MORAES, R. J.. **Setor Sucroalcooleiro Regime Jurídico Ambiental das Usinas de Açúcar e Alcool.** 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp113521.pdf>>. Acesso em: 19 jun 2015.

PAIVA, P. R.. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência Focada na Prevenção.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, S. S.; CURI, R.C.. **Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental,**

2012. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/78/pdf>>
Acesso em: 02 mar 2015.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S.. **A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: Uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatório da administração.** 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11104/6591>>. Acesso em: 19 ago 2015.

Resolução do CFC N 1003/04. 2014. Disponível em: <<http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/contabilistas/NORMAS/Res1003.htm>>. Acesso em: 17 set 2015.

RIBEIRO, M. S.. **Contabilidade Ambiental.** Ed. 1º. São Paulo: Saraiva, 2008.

SAMPAIO, M. S.. **Percepção dos discentes do curso de ciências contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador – Bahia.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação (*Stricto Sensu*) em Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia. 2011. 138 p. Disponível em: <<http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2011/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A1rcio%20Sampaio.pdf>>. Acesso em: 13 Jan 2015.

SANTOS, D. F.; CORREA, M. D.; ANTONOVZ, T.. **Nível de divulgação e de desempenho ambiental nas empresas que integram o índice Bovespa: uma análise descritiva.** 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/20490/pdf>>. Acesso em: 24 abr 2015.

SHULTZ, C. A.; MARQUES, T. O.; MURCIA, F. D.; HOFER, E.. **Disclosure Voluntário de Informações Ambientais, Econômicas e Sociais em Cooperativas do Setor Agropecuário.** 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/12314/9021>>. Acesso em: 10 jul 2015.

SILVA, A. C.R.. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientação de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses/** Antonio Carlos Ribeiro da Silva. -2. ed. -2. Reimpr. –São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, C. M. D.; SILVA, A. P. F.; PEREIRA, J. **Disclosure Socioambiental conforme as orientações da NBCT-15: Um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil.** In: VIII Congresso Virtual Brasileiro de Administração (Convibra). 2011.

TINOCO, J. E. P.. KRAEMER, M. E. P.. **Contabilidade e gestão ambiental**– 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.